

EDITAL SISTEMATIZADO – 2018 – PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE CARUARU

DIREITO CONSTITUCIONAL				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Direito constitucional: conceito, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito.				
Formação da Constituição e Poder Constituinte.				
Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos.				
Normas constitucionais: conceito, forma, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade.				
Dignidade da pessoa humana.				
Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos.				
Controle de constitucionalidade: a supremacia da Constituição; vício e sanção de inconstitucionalidade; origens e evolução histórica do controle; modalidades de controle; efeitos subjetivos e temporais da declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.				
As ações do controle concentrado no ordenamento brasileiro.				
Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações.				
Emendas à Constituição.				
Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais.				
Princípios constitucionais: conceito, natureza jurídica, aplicação e funções.				
Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição; república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes.				
Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro.				

Princípios reitores das relações internacionais do País.				
Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade e destinatários.				
Colisão de direitos fundamentais.				
Princípios e regras na aplicação dos direitos fundamentais.				
Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.				
Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais.				
Proteção não judicial dos direitos fundamentais: desobediência civil, direito de resistência, direito de petição e direito à informação.				
Direitos sociais.				
Direitos de nacionalidade.				
Direitos políticos.				
Partidos políticos.				
Hierarquia, incorporação e impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro.				
Organização política do Estado:				
a) Estado Federal: conceito, formação, evolução e características;				
b) Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenções federal e estadual.				
União: natureza jurídica, competências e bens.				
Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Constituição Estadual e seus elementos.				
Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Orgânica e seus				

elementos; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.				
Distrito Federal e Territórios.				
Organização administrativa do Estado:				
a) Administração Pública: noção, princípios, normas e organização;				
b) servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional.				
Organização funcional do Estado:				
a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução e significado na atualidade;				
b) controles interorgânicos e compartilhamento funcional, funções típicas e atípicas de cada poder.				
Poder Legislativo:				
a) funções, organização e funcionamento;				
b) espécies normativas;				
c) processo legislativo;				
d) estatuto dos congressistas;				
e) Tribunais de Contas.				
Poder Executivo:				
a) sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características;				
b) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições;				
c) Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.				
Poder Judiciário:				
a) funções, organização, competências e funcionamento;				
b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos;				

c) garantias institucionais da função judicial;				
d) precatórios;				
e) jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça;				
f) súmula vinculante;				
g) repercussão geral;				
h) Conselho Nacional de Justiça;				
i) princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e interna corporis.				
Funções essenciais à Justiça:				
a) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico;				
b) Advocacia Pública: enquadramento constitucional, função de controle dos atos jurídicos públicos, função de postulação do interesse público e garantias institucionais e funcionais.				
Defesa do Estado e das instituições democráticas:				
a) estado de defesa;				
b) estado de sítio;				
c) Forças Armadas;				
d) segurança pública.				
Sistema tributário nacional:				
a) princípios constitucionais tributários;				
b) limitações constitucionais ao poder de tributar;				
c) repartição de competências e receitas tributárias.				
Finanças públicas:				
a) normas gerais;				

b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária.				
Ordem econômica e financeira:				
a) princípios gerais da atividade econômica;				
b) atuação do Estado no domínio econômico;				
c) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico;				
d) política agrícola fundiária e reforma agrária;				
e) sistema financeiro nacional.				
Ordem social:				
a) fundamento e objetivos;				
b) seguridade social;				
c) educação, cultura e desporto;				
d) ciência, tecnologia e inovação;				
e) comunicação social;				
f) meio ambiente;				
g) família, criança, adolescente, jovem e idoso;				
h) índios.				
Constituição do Estado de Pernambuco.				
Lei Orgânica do Município de Caruaru.				

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Direito administrativo: Conceito, fontes e origens históricas.				
Direito Administrativo e os demais ramos do Direito.				
Função administrativa: conceito e distinção das demais funções estatais.				
O regime jurídico administrativo e o interesse público.				
Regime jurídico administrativo.				
Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares.				
Manifestações do exercício de poder na função administrativa (“poderes da Administração”).				
A Constituição Federal e os princípios da Administração Pública.				
Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência.				
Interpretação do direito administrativo.				
Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.				
Organização administrativa: desconcentração e descentralização.				
Órgãos administrativos.				
Administração indireta.				
Tutela dos entes da Administração Indireta.				
Entidades de colaboração e seu regime jurídico.				

Lei das estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016).				
Agentes públicos: classificação.				
Cargo, emprego e função pública.				
Direito de Greve.				
Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal e na Constituição do Estado.				
Regime previdenciário.				
Responsabilidade do servidor público.				
Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco - Lei Estadual nº 6.123/68.				
Regime Próprio de Previdência Municipal - Lei Municipal nº 5.547/15.				
Ato administrativo: caracterização.				
Fato administrativo.				
Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo.				
Atributos do ato administrativo.				
Elementos.				
Vícios.				
Discricionariedade e vinculação na produção dos atos administrativos.				
Principais espécies.				
Formas de extinção.				
Convalidação.				

Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos.				
Processo administrativo: objetivos.				
Princípios.				
Fases.				
Espécies.				
Instância administrativa.				
Representação e reclamação administrativas.				
Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.				
Prescrição administrativa.				
Processos disciplinares.				
Processo administrativo - Decreto Municipal nº 062/09.				
Poder de polícia administrativa.				
Caracterização.				
Atributos.				
Manifestações do poder de polícia.				
Princípios limitadores do poder de polícia.				
Abuso de autoridade.				
Sistemas de controle da administração pública; controle administrativo, controle legislativo, controle judiciário.				
Improbidade Administrativa.				

Combate à corrupção na Administração Pública.				
Lei Federal nº 12.527/2011.				
Lei Federal nº 12.846/2013.				
Bens públicos: conceito e classificação.				
Regime jurídico.				
Alienação.				
Uso dos bens públicos pelos particulares.				
Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).				
Restrições ao direito de propriedade.				
Função social da propriedade.				
Tombamento.				
Servidão.				
Desapropriação: requisitos.				
Bens suscetíveis.				
Espécies previstas no ordenamento.				
Procedimentos.				
Meios de defesa do expropriado.				
Caducidade da Desapropriação.				
Imissão na posse.				

Destino dos bens desapropriados.				
Retrocessão.				
Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade, procedimentos e modalidades.				
A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.				
Pregão e pregão eletrônico (Lei Federal nº 10.520/2002 e regulamentos).				
Contratos Administrativos.				
Parcerias público-privadas.				
Convênios.				
Consórcios Públicos.				
Organizações Sociais, OSCIPs.				
Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014 (regime jurídico das parcerias voluntárias).				
Contratos temporários: Lei Municipal nº 3.946/99.				
Serviço público: conceito, classificação e princípios.				
Formas de delegação de serviço público.				
Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público.				
Extinção, reversão dos bens.				
Direitos dos usuários de serviço público.				
Intervenção do Estado no domínio econômico.				
Exercício de atividade econômica pelo Estado.				

Regulação.				
DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS				
Responsabilidade extracontratual do Estado: caracterização.				
Causas de exclusão e mitigação.				
Teorias sobre a responsabilidade estatal.				
Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos.				
Procedimento administrativo e judicial.				
Direito de regresso.				
Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração.				
Lei Complementar nº 059/2018.				

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).				
Legitimação e legitimidade para agir (ordinária e extraordinária, ativa e passiva) e interesse processual.				
Conexão, continência e litispendência.				
Competência.				
Litisconsórcio e assistência.				
Impedimento e suspeição.				
Liminares e recursos.				
Multas.				

Fundações, associações e entidades de interesse social.				
Tutela Coletiva em Juízo: legitimados universais.				
Ministério Público e Defensoria Pública.				
Inquérito civil público: tramitação.				
Promoção e efeitos do arquivamento do inquérito civil público.				
Transação e termo de ajustamento de conduta.				
Notificações, requisições e dever de informação.				
Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).				
Interpretação, aplicação e eficácia da tutela jurídica de direitos ou interesses transindividuais.				
Direitos ou interesses transindividuais difusos, coletivos, individuais homogêneos.				
Tutelas de Urgência em matéria coletiva e o novo Código de Processo Civil.				
Tutela inibitória e direitos ou interesses transindividuais.				
Ações declaratórias e constitutivas.				
Coisa julgada.				
Fundo para reconstituir o bem lesado.				
Reparação das lesões individuais.				
Liquidação, cumprimento da sentença e execução.				
Custas e demais encargos da sucumbência.				
Extensão da sentença.				

Sentença de improcedência.				
Princípios constitucionais de proteção ao consumidor.				
Princípios e direitos básicos do consumidor.				
A relação jurídica de consumo.				
Qualidade e segurança dos produtos e serviços.				
O recall.				
Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor.				
Práticas Abusivas.				
Práticas Abusivas.				
Contratos de Consumo.				
Mecanismos, procedimentos e aspectos processuais de defesa do consumidor em juízo.				
Direitos Sociais: Tutela Coletiva dos Direitos Sociais.				
Seguridade Social: princípios Constitucionais da Seguridade Social.				
Direito à Saúde, Assistência Social e Previdência Social.				
Tutela Coletiva do direito à saúde.				
Lei do Sistema Único de Saúde (Lei Federal nº 8.080/90).				
Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998).				
Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei nº 8742/1993).				
Direito a Alimentação.				

Definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006).				
Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e os grupos vulneráveis: Tutela Coletiva dos grupos vulneráveis				
Tutela Coletiva das Pessoas com deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009). Lei da Inclusão (Lei nº 13.146/2015).				
Tutela Coletiva do Idoso. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)				
Tutela Coletiva e defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação. Estatuto da Igualdade Racial. (Lei nº 12.88/2010)				
Tutela Coletiva das pessoas privadas de liberdade. Órgãos da Execução Criminal. Direitos e assistências às pessoas reclusas (Lei nº 7.210/1984).				
Proteção à Maternidade e à Infância. Tutela Coletiva no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).				
Proteção e Direitos das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais e em sofrimento mental. Tutela Coletiva e defesa em juízo das pessoas em sofrimento mental (Lei nº 10.216/2001);				
Tutela Coletiva do Patrimônio Público. Ordem Econômica. Orçamento Público. Finanças Públicas.				
Lei de Improbidade Administrativa.				
Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa.				
Responsabilidade dos agentes públicos (Lei nº 8.429/1992).				
Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.				

Prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.				
DIREITOS DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO				
Tutela Coletiva da ordem econômica (Lei nº 12.529/2011).				
Lei de Introdução ao Código Civil e suas alterações posteriores (Decreto-Lei nº 4.657/1942).				
Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01).				
Usucapião coletivo como instrumento de política urbana e Usucapião Extrajudicial (Lei nº 10.406/2002).				
Plano Diretor - Lei Complementar nº 005/04, alterado pelas Leis Complementares 07/06 – 008/06 – 022/10 – 041/13.				
Código Urbanismo de Obras e Posturas: Lei Municipal nº 2.454/77.				
Tutela Coletiva do Direito à Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014).				

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).				
Relação de trabalho e relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu.				
Empregado e empregador: conceito e caracterização; poderes do empregador no contrato de trabalho.				
Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação e características.				
Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017).				
Alteração do contrato de trabalho.				
Suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização, distinção e reflexos no contrato de trabalho.				

Salário mínimo: irredutibilidade e garantia.				
Salário e remuneração: conceito e distinções; composição do salário, modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; adicionais de remuneração; 13º salário.				
Equiparação salarial: conceito, requisitos, excludentes.				
Estabilidade garantias provisórias de emprego: espécies de estabilidade, despedida e reintegração de empregado estável, inquérito para apuração de falta grave.				
Jornada de trabalho; períodos de descanso; intervalo para repouso e alimentação; descanso semanal remunerado; trabalho noturno e trabalho extraordinário.				
Férias: direito a férias e duração; período concessivo e período aquisitivo de férias; remuneração e abono de férias; férias coletivas.				
Aviso prévio: conceito, duração e efeitos no contrato de trabalho.				
Extinção Término do contrato de trabalho.				
Modalidades de Rescisão: justas causas, despedida indireta, pedido de demissão, por mútuo acordo.				
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.				
Direito coletivo do trabalho: Representação sindical; Convenções e acordos coletivos de trabalho.				
O direito de greve e suas implicações no serviço público.				
Organização e competência da Justiça do Trabalho.				
Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.				
Processo judiciário do Trabalho: Atos, termos e prazos processuais.				
Distribuição.				

Custas e emolumentos.				
Partes e procuradores; jus postulandi; substituição e representação processuais; capacidade postulatória no processo do trabalho; assistência judiciária; honorários de advogado.				
Exceções.				
Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; notificação das partes; arquivamento do processo; revelia e confissão.				
Das provas no processo: testemunhal, documental e pericial.				
Honorários periciais: responsabilidade pelo pagamento.				
Dissídios individuais: forma de reclamação e notificação; reclamação escrita e verbal; requisitos da petição inicial no processo do trabalho.				
Procedimento Ordinário e sumaríssimo.				
Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial.				
Liquidação de sentença.				
Execução: iniciativa da execução; do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.				
Penhora: bens penhoráveis e impenhoráveis.				
Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação e embargos de terceiro.				
Recursos na Justiça do Trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos.				
Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST, embargos de declaração.				
Do Processo Judicial Eletrônico: características e prazos.				

Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.				
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.				

DIREITO CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Pessoas: pessoas naturais, pessoas jurídicas, domicílio.				
Bens: conceito e classificações.				
Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos lícitos, atos ilícitos, prescrição e decadência, prova.				
Obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento.				
Contratos em geral.				
Espécies de contrato: compra e venda, troca ou permuta, contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo, comodato, mutuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato e fiança.				
Responsabilidade civil.				
Posse: conceito, classificação, aquisição, efeitos e perda.				
Propriedades; conceito, aquisição e perda.				
Direitos de vizinhança.				
Condomínio geral e condomínio edilício.				
Superfície.				
Servidões.				

Usufruto.				
Uso.				
Habitação.				
Direitos do promitente comprador.				
Penhor, hipoteca e anticrese.				
Atos unilaterais.				
Casamento.				
Relações de parentesco.				
Alimentos.				
Bem de família.				
União estável.				
Sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e sucessão testamentária.				
Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro.				

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.				

Da jurisdição e da ação.				
Da competência: disposições gerais; da modificação da competência; da incompetência.				
Da cooperação nacional.				
Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e de seus procuradores.				
Dos procuradores.				
Do litisconsórcio.				
Da intervenção de terceiros.				
Do juiz: poderes, deveres, responsabilidade; impedimento e suspeição.				
Auxiliares da justiça.				
Atos processuais: forma, tempo e lugar.				
Prazos.				
Da citação, da intimação, das cartas.				
Nulidades processuais.				
Da tutela provisória.				
Formação, suspensão e extinção do processo.				
Do procedimento comum: disposições gerais; da petição inicial; da improcedência liminar do pedido; da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado do processo: julgamentos antecipado do mérito e antecipado parcial do mérito; da audiência de instrução e julgamento.				

Das provas.				
DIREITOS FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO				
Da sentença e da coisa julgada.				
Liquidação de sentença.				
Cumprimento de sentença e sua impugnação.				
Ações possessórias.				
Ação monitória.				
Ação de exhibir contas.				
Inventário e partilha.				
Execução: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção.				
Embargos do devedor.				
Embargos de terceiro.				
Ação de desapropriação.				
Ação popular.				
Mandado de segurança individual e coletivo.				
Ação civil pública.				
Normas processuais do Código de Defesa do Consumidor.				

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Normas gerais de Direito Tributário.				

Fontes do Direito Tributário.				
Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração.				
Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies.				
Fato gerador.				
Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo.				
Obrigação principal e acessória.				
Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extin�o e exclusão do crédito tributário.				
Responsabilidade tributária.				
O Sistema Tributário Nacional: limita�es constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais, estaduais e municipais.				
Administra�o tributária.				
Reparti�o das receitas tributárias.				
Garantias e privilégios do crédito tributário.				
Tributos Municipais.				
Código Tributário Municipal - Lei Complementar N� 015/2018 alterado pelas Leis Complementares 18/09 - 23/10 - 32/12 - 43/13 - 48/15 - 57/17.				
Processo Tributário. Cobrança da d�vida ativa.				

DIREITOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Conceito e objeto.				
Competência legislativa: normas gerais e específicas.				
Lei nº4.320/64.				
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).				
Orçamento Público: conceito e natureza jurídica.				
Princípios orçamentários.				
Regime constitucional.				
Vedações constitucionais em matéria orçamentária.				
Normas gerais de Direito Financeiro.				
Processo orçamentário: calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, metas técnicas e instrução do orçamento público.				
Leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.				
Créditos adicionais.				
Processo legislativo.				
Exercício financeiro.				
Receita pública: classificações.				
Receitas originárias e derivadas: estágios, dívida ativa.				
Receitas patrimoniais.				

Receitas tributárias.				
DIREITOS AMBIENTAL E AGRÁRIO				
Imposto.				
Empréstimos compulsórios.				
Contribuição de melhoria.				
Preço.				
Contribuições sociais.				
Receitas creditícias.				
Crédito público.				
Empréstimos públicos.				
Dívida pública.				
Regime constitucional da dívida pública brasileira.				
Despesa pública: classificação, estágios de despesa, empenho, liquidação e pagamento.				
Programação financeira.				
Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.				
Precatórios judiciais.				
Crédito público: disciplina constitucional dos créditos e empréstimos públicos; classificação dos créditos públicos; dívida pública fundada, consolidada e mobiliária.				
Competência do Senado Federal sobre dívida pública.				
Fiscalização financeira e orçamentária.				

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Controlado pelo Poder Legislativo e Tribunais de Contas.				
Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente.				
Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.				
Controlado Interno.				
Princípios do Meio Ambiente: Sadia Qualidade de Vida;				
Sustentabilidade; Acesso Equitativo aos recursos naturais; usuário-pagador e poluidor-pagador; Precaução; Prevenção; Reparação; Informação; Participação; Obrigatoriedade da Intervenção do Poder Público.				
Divisão Administrativa da Federação: Bens da União, Estados e Municípios.				
Competências legislativas e administrativas relacionadas ao direito ambiental.				
Divisão de Competências Federais, Estaduais e Municipais em matéria ambiental.				
Política Nacional do Meio Ambiente e alterações posteriores.				
Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas.				
Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81).				
Licenciamento Ambiental: normas gerais, conceito, noções fundamentais e exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).				
(Lei Complementar nº 140/2011; Resoluções CONAMA nº 1/86 e nº 237/97).				
Acesso à Informação Ambiental, Educação Ambiental e Audiência Pública (Lei nº 10.650/2003; nº 9.795/1999; Resolução do CONAMA nº 3/87).				
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00).				
Proteção das águas.				
Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97).				
Responsabilidade ambiental.				

Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro.				
Crimes ambientais. Infrações administrativas (Lei nº 9.605/98; Decreto nº 3.179/99; Decreto nº 6.514/08).				
Acesso ao patrimônio genético, acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Lei nº 13.123/15).				
Normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados (Lei nº 11.105/2005).				
Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).				
Código Florestal (Lei nº 12.651/12).				
Concessão Florestal (Lei nº 11.284/06).				
Disposições Constitucionais da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.				
Princípios Constitucionais e Legais do Direito Agrário: Função Social da Propriedade Rural.				
Justiça Social em Matéria Agrária.				
Prevalência do Interesse Coletivo sobre o Privado.				
Reformulação da Estrutura Fundiária. Progresso Econômico e Social.				
Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964).				
Disposições sobre a Regulamentação da Reforma Agrária.				
Desapropriação de imóvel rural.				
Usucapião especial rural (Lei nº 8.629/1993).				
Marco Legal da Regularização Fundiária (Lei nº 13.465/2017).				

Contratos Agrários. Arrendamento Rural e Parceria Rural (Decreto nº 59.566/1966).				
Constituição do Estado de Pernambuco. Meio Ambiente e Política Agrícola e Fundiária; Lei Orgânica do Município de Caruaru.				
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural: competência, atribuições e funções da Procuradoria Municipal de Caruaru - Lei Complementar nº 059/2018.				

DIREITOS PENAL E PROCESSUAL PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Aplicação da lei penal.				
Teoria do Crime.				
Imputabilidade penal.				
Concurso de pessoas.				
Teoria das penas e das medidas de segurança: espécies de pena, aplicação da pena, suspensão condicional da pena e efeitos da condenação.				
Ação penal.				
Extinção da punibilidade.				
Crimes contra a pessoa: crimes contra a vida, lesões corporais, periclitacão da vida e da saúde, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade pessoal e crimes contra a inviolabilidade dos segredos.				
Crimes contra o patrimônio.				

Crimes contra a organização do trabalho.				
Crimes contra a dignidade sexual.				
Crimes contra a família: crimes contra o estado de filiação e crimes contra a assistência familiar.				
Crimes contra a incolumidade pública: crimes de perigo comum e crimes contra a saúde pública.				
Crimes contra a fê pública: da falsidade de títulos e outros papéis públicos, falsidade documental e fraudes em certames de interesse público.				
Crimes contra a administração pública.				
Crimes de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967).				
Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97).				
Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/98).				
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).				
Crimes contra as pessoas com deficiência (Lei nº 7.853/89).				
Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).				
Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).				
Crimes contra a ordem tributária, a economia e as relações de consumo (Lei nº 8.137/90).				
Crimes de licitação (Lei nº 8.666/93).				
Crimes contra o parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979).				
Princípios constitucionais do processo penal.				

O processo em geral: lei processual penal no espaço, no tempo e em relação às pessoas, inquérito policial e investigação criminal em geral, ação penal em geral, jurisdição e competência, prova em geral.				
Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público e defensor.				
Vítima no processo penal.				
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89).				
Sentença.				
Procedimento comum: acusação, resposta à acusação e instrução criminal.				
Procedimento sumário e sumaríssimo.				
Procedimento especial dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e dos crimes de calúnia ou injúria.				
Nulidades.				
Recursos em geral. Habeas Corpus.				
Mandado de segurança criminal.				
Aspectos processuais das Leis nº 9.099/95 e nº 11.340/2006.				